

A institucionalização das escolas agrícolas no Paraná

VERA LUCIA MARTINIAK*

Resumo: Esta pesquisa analisou o processo de institucionalização das escolas agrícolas no Paraná, com ênfase na constituição das escolas de trabalhadores rurais. Essas escolas foram destinadas aos filhos de agricultores e sua gênese reside na criação dos patronatos e abrigos para menores que tinham como objetivo atender a infância desvalida. O ensino agrícola tinha um duplo sentido: formação de mão de obra para filhos de agricultores e a conseqüente melhoria da produção agrícola com uso de técnicas e máquinas modernas; e segundo, o trabalho agrícola nestas instituições passou a ser utilizado como instrumento disciplinador do futuro trabalhador. Para a consecução do estudo definiu-se como pesquisa documental a análise de legislações, mensagens de governadores e relatórios de governo. Os resultados apontam que as instituições agrícolas criadas tinham um caráter regenerador do que profissionalizante, sendo alterado conforme o avanço nas relações capitalistas, forjando um novo trabalhador para atender os interesses do capital.

Palavras-chave: Ensino Agrícola; Escola Trabalhadores Rurais; Trabalho; Educação.

The institutionalization of agricultural schools in Paraná

Abstract: This research analyzed the process of institutionalization of agricultural schools in Paraná, with an emphasis on the constitution of schools for rural workers. These schools were aimed at the children of farmers and their genesis lies in the creation of patronages and shelters for minors whose objective was to serve underprivileged children. Agricultural education had a double meaning: training of labor for children of farmers and the consequent improvement of agricultural production using modern techniques and machines; and second, agricultural work in these institutions came to be used as a disciplinary instrument for the future worker. In order to carry out the study, the analysis of legislation, messages from governors and government reports were defined as documentary research. The results show that the agricultural institutions created had a regenerative rather than a professional character, being altered according to the progress in capitalist relations, forging a new worker to serve the interests of capital.

Key words: Agricultural Education; Rural Workers School; Work; Education.



* VERA LUCIA MARTINIAK é Professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação; Doutora em Educação.

Introdução

No Paraná, as escolas de trabalhadores rurais foram criadas durante o governo de Getúlio Vargas e tinham como objetivo qualificar a mão de obra para a agricultura. Essas escolas eram destinadas aos filhos de agricultores, entretanto, sua gênese reside na criação dos patronatos e dos abrigos para menores, cujo objetivo era atender à infância desvalida do Estado. O ensino agrícola tinha, portanto, um duplo sentido: o primeiro seria a formação da mão de obra para os filhos de agricultores e a conseqüente melhoria da produção agrícola, em virtude do uso de técnicas e máquinas modernas; e o segundo, sob a égide do assistencialismo, seria a utilização do trabalho agrícola como um disciplinador do futuro trabalhador.

O texto apresenta uma análise acerca da institucionalização das escolas agrícolas a partir da compreensão das transformações nas relações de produção na conjuntura da sociedade brasileira.

A pesquisa partiu da análise das partes envolvidas na relação entre trabalho e educação, demandando a necessidade de outras análises como: o desenvolvimento histórico do capitalismo do Brasil e seus desdobramentos para o desenvolvimento econômico, político e social da região. Para compreender a institucionalização das escolas agrícolas partiu-se da análise dessa conjuntura, baseando-se em três categorias fundamentais: o singular, o particular e o universal. A singularidade de uma determinada instituição escolar se expressa pelos elementos internos, como a constituição jurídica, os objetivos sociais, as representações políticas etc. “[...] que a distinguem das outras instituições e são, por conseguinte, exclusivos dessa instituição e não de outra qualquer” (BITTAR; FERREIRA Jr., 2009, p. 501). Por outro

lado, nenhuma instituição existe por si mesma, mas possui uma conexão com outras instituições e com outros fenômenos sociais, portanto a singularidade de uma instituição revela-se nas relações que se travam no âmbito de um determinado contexto histórico, exprimindo-se pela categoria do universal.

A categoria do particular estabelece a mediação entre o singular e o universal. Desta forma, o particular “[...] é uma formação relativamente isolada, uma instituição (um fenômeno educacional), um processo ou, até mesmo, um acontecimento” (BITTAR; FERREIRA Jr., 2009, p. 502).

Para a consecução do estudo foi realizado o levantamento e coleta de fontes documentais em instituições públicas e privada, nas quais foram selecionados os seguintes documentos: leis e resoluções que regulamentaram o ensino agrícola, mensagens dos governadores e secretários de estado.

A partir do material levantado e coletado, procedeu-se à seleção dos documentos pertinentes à temática. Cabe salientar, ainda, que se utilizou o termo “desvalidos” para referir-se às crianças pobres e órfãs, que perambulavam pelos centros urbanos, e eram consideradas desprotegidas e desamparadas pela própria família, conforme o contexto histórico abordado na pesquisa. Naquele momento, em que há o predomínio do caráter assistencialista e regenerador, os documentos legais (mensagens, relatórios e leis) assim se referem às crianças e aos jovens brasileiros.

O texto está estruturado em dois momentos: no primeiro discute-se o contexto histórico e as primeiras iniciativas voltadas para a escolarização e profissionalização da população, como os aprendizados agrícolas e patronatos.

Salienta-se que essas instituições estavam submetidas às circunstâncias políticas, sem que se configurasse como questão importante para o cenário social e econômico, pois havia a crença de que um país agrícola é um país atrasado. No segundo momento, discute-se as medidas tomadas para expandir o ensino primário e profissional, criando as escolas de trabalhadores rurais, que habilitavam os alunos ao trabalho agrícola.

Essas instituições têm, em sua reconstrução histórica, a marca do assistencialismo e da formação por meio do trabalho, preparando o trabalhador rural com os conhecimentos básicos sobre as técnicas agrícolas que atendessem às novas relações do capital.

O desenvolvimento da agricultura e a necessidade de formação de mão de obra

No início da Primeira República, o Paraná testemunhou um movimento das camadas pobres da população contra a ordem vigente. Em virtude do crescimento econômico do Estado, estabeleceu-se uma economia de subsistência mantida por famílias, dispensadas das grandes fazendas, que se apossavam de terras devolutas. Os posseiros eram, frequentemente, desinstalados de suas propriedades e “empurrados”, cada vez mais, para o sertão pelos fazendeiros, situação que se agravou a partir da aquisição de terras para a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande pela companhia Lumber, desabrigando milhares de famílias.

Assim, em 1912, iniciou-se a Guerra do Contestado, um movimento armado de sertanejos devotados ao “monge” José Maria de Santo Agostinho, um curandeiro tido como santo, que pregava o retorno à Monarquia. A denominação

de “Contestado” deu-se pelo fato de os conflitos terem se iniciado nessa região, disputada entre Paraná e Santa Catarina. Enquanto os latifundiários e as empresas norte-americanas, como a Brazil Railway Company, passaram a controlar a economia local, formou-se uma camada composta por posseiros e por caboclos, caracterizados pela extrema pobreza, e submissos ao mandonismo dos coronéis e à rígida estrutura fundiária.

Após os conflitos, o sistema político do Estado acompanhou a mesma linha de evolução da conjuntura nacional, por meio do governo oligárquico, apoiado pela política paternalista dos coronéis. Uma crise política estabeleceu-se no país, o que agravou os descontentamentos com o governo federal, marcado pela corrupção.

Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, implantando, em 1937, com o apoio da burguesia, o Estado Novo. Nesse período, foi adotada uma política de industrialização, que regulamentou o mercado de trabalho urbano, limitou algumas importações e direcionou investimentos estatais para a indústria de base nacional (SAES, 1989).

No campo político, essa mudança de fase no desenvolvimento da economia implicou, entre outras coisas, a drástica redução do poder, antes sem sócios, das oligarquias representantes dos latifúndios, em particular dos cafeicultores paulistas; a sujeição política das classes trabalhadoras, e particularmente dos operários, seu setor mais organizado e avançado; a eliminação do setor insurgente da burocracia do Estado, os “tenentes”; o aumento do poder da burocracia industrial; a centralização, sem precedentes, do aparelho de Estado; a repressão às expressões políticas da sociedade civil; a montagem de

um regime político autoritário, uma espécie de fascismo sem mobilização de massas (CUNHA, 2005a, p. 17).

Durante o período em que governou o país, primeiro como chefe do Governo Provisório (1930 a 1934), depois como Presidente eleito (1934 a 1937) e, mais tarde, como ditador, no Estado Novo (1937 a 1945), Vargas deixou claro seu interesse em fortalecer a industrialização no país.

Uma das características do governo getulista foi a centralização do poder. Para tanto, dissolveu o Congresso Nacional e o Legislativo Estadual, nomeando interventores em todos os Estados. No Estado do Paraná foi nomeado Interventor Federal, Manoel Ribas, que atuou no cargo de 1932 a 1934 e de 1937 a 1945 e, como Governador, de 1935 a 1937. Ao assumir o cargo, Ribas incentivou o setor agrícola do Estado como uma alternativa para o desenvolvimento da economia. Os investimentos na agricultura amenizaram os reflexos da crise de 1929 no Paraná, devido à expansão agrícola que ocorreu com a política intervencionista. O Paraná, com Manoel Ribas, acompanhou as diretrizes gerais do Estado Novo em alguns eixos de modernização burocrática e com o início de políticas industrializantes. No período, o Estado assistiu, ainda, à formação do Norte cafeeiro com o padrão fundiário característico da época, o que correspondeu à decadência da burguesia da erva-mate e à ascensão dos novos interesses cafeeiros do Norte do Paraná (OLIVEIRA, 2004).

O interesse pelo desenvolvimento da produção agrícola do Estado e a superação da crise refletiam-se nos discursos de Manoel Ribas, que se norteavam pela necessidade de amparar a população rural com orientações sobre

as práticas agrícolas, visando aumentar a produção do Estado para que viesse a ocupar a posição que lhe cabia no país (PARANÁ, 1937). Os interesses de Manoel Ribas aliavam-se aos interesses hegemônicos quanto ao incentivo à formação de mão de obra para o setor agrícola, gerando um trabalhador extremamente necessário para o país, que contribuiria para a retomada do desenvolvimento econômico.

Nessa direção, Manoel Ribas investiu na criação de escolas rurais com o intuito de formar trabalhadores com conhecimentos básicos para o setor agrícola. Assim, foram criadas, no Paraná, oito Escolas de Trabalhadores Rurais e duas Escolas de Pescadores, por meio do Decreto nº 7.782, de 3 de dezembro de 1938.

A Escola de Pescadores “Antonio Serafim Lopes” localizava-se na Ilha das Cobras em Paranaguá, e tinha capacidade para atender 100 alunos, oferecendo ensino regular e correccional aos menores que eram recolhidos.

As instituições criadas para o atendimento da educação profissional deveriam atuar no ensino dos filhos de pescadores e de agricultores, e seriam instituições voltadas à Preservação. Existiam, ainda, as instituições que abrigavam crianças menores abandonadas, chamadas de escolas de Reforma, onde teriam a educação básica e aprenderiam um ofício.

Com a institucionalização das escolas de trabalhadores rurais, os alunos internados no Abrigo de Menores, na seção masculina, foram transferidos para a “Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti”, em Curitiba. Os investimentos na criação das instituições profissionalizantes agrícolas enfatizaram a vocação tradicional do Estado voltada à agricultura e tornava-o “Celeiro do

Brasil”.

Manoel Ribas seguiu os ditames do Governo Federal e, assim, o ensino técnico, tão difundido nos discursos políticos, destinou-se ao atendimento dos filhos das classes trabalhadoras, assumindo o caráter assistencial que já existia por meio dos Patronatos e Asilos de menores. A preocupação voltou-se para a preparação de trabalhadores, instrumentalizando-os, por meio do ensino teórico e prático, para desempenharem suas atividades e, com isso, desenvolver o meio rural – ação que gerou, na década de 1930, a criação das primeiras escolas de trabalhadores rurais na região dos Campos Gerais do Paraná.

O patronato agrícola e o atendimento aos menores

No início da Primeira República, a produção agrícola brasileira adquiriu um novo contorno que mostrava, basicamente, a utilização de mão de obra de trabalhadores “livres”, majoritariamente imigrantes europeus – atraídos pelos incentivos oferecidos pelo governo brasileiro –, bem como de fazendeiros que necessitavam de trabalhadores para manterem suas lavouras (WACHOWICZ, 1984).

Apesar de o Paraná, ainda possuir um vasto território desocupado, havia a preocupação com o atendimento aos menores que perambulavam pela capital e pelas cidades circunvizinhas e que viviam da caridade dos seus moradores. A mensagem enviada ao Congresso Legislativo, pelo presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, salientava a necessidade de atendimento assistencialista e regenerador para a infância e a adolescência desvalida.

Os poderes públicos do Estado necessitam estudar o problema já agora inadiável da protecção à infância desvalida e moralmente abandonada. Posta de lado toda a

preocupação de ordem sentimental, os ensinamentos que colhemos na experiência da vida econômica nos mostram que o equilíbrio moral das gerações futuras assenta na defesa social da infância desprotegida. E, como a „creança, entre os seres humanos, é aquela que menos aptidão possui para defesa própria, a sociedade ampara a sua fraqueza, dando-lhes protecção systematica e organizada. A função tutelar, consolidada nos seus proprios fundamentos e constituindo uma grande força de cohesão, evita a morte prematura, a enfermidade e a corrupção moral, salvando existencias úteis e augmentando a cooperação poderosa dos factores economicos (PARANÁ, 1920, p. 35).

Em 1920, na Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, o Presidente do Estado declarou o interesse da criação do Patronato para atendimento à infância.

A protecção dispensada pelo governo, á infância desvalida e a assistência aos menores viciósos, constituem um dever de espírito christão e de ordem social, que assiste aos poderes públicos.

O primeiro será perfeitamente atendido, em nosso meio, ampliando-se o Azylo

S. Luiz⁴¹ e Orphanato do Cajuru, o segundo ampliando-se igualmente o Patronato Agrícola, a par da criação do internato de uma escola profissional. Parece-me preferível dar o caracter de ensino profissional ao estabelecimento que o de instituto disciplinar, para afastar qualquer ideia de pena (PARANÁ, 1921, p. 88).

Assim, os menores abandonados eram atendidos e assistidos pelo governo nas instituições que buscavam, por meio do ensino primário e agrícola, corrigir as mazelas sociais. Primeiramente, com a criação do patronato agrícola fundado por Lysimaco da Costa, pelo Decreto nº 943, de 1920, que funcionava em Curitiba junto ao Instituto Agrônomico

do Bacacheri e foi destinado, exclusivamente, a atender às classes pobres, por meio da educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, foram postos à disposição da Escola Agrônômica (PARANÁ, 1920, art. 1º). No Decreto de criação, explicitou ainda, a sua função de instituto de assistência, proteção, tutela moral de menores desvalidos, recorrendo ao trabalho agrícola para atingir seus objetivos de instituição regeneradora, e, assim, incorporá-los ao meio rural.

No primeiro ano de funcionamento, o patronato agrícola atendeu vinte e dois alunos, encaminhados pela Repartição Central de Polícia que receberam “[...] instrução primária, militar e profissional agrícola” (PARANÁ, 1922, p. 55), sendo que, nos anos seguintes, esse número aumentou para vinte e cinco. Os menores atendidos por esse Patronato, além de exercerem as atividades agrícolas, também auxiliavam os alunos do curso de agronomia no campo experimental. Apesar do atendimento aos menores desvalidos, realizado pelo patronato, surgiu a necessidade de uma instituição que atendesse aos menores abandonados por suas famílias ou que tivessem sido encaminhados pelo juizado. Assim, em 1924, esses menores passaram a receber atendimento no abrigo de menores, na capital do Estado, que foi criado pela lei nº 2295 de 1924 e atendia tanto meninos quanto meninas, em alas separadas e, provisoriamente, no seu espaço funcionavam as Escolas de Reforma e de Preservação (PARANÁ, 1925, p.87).

Conforme o Relatório do Juizado de Menores, no ano de 1926, foram internados, no abrigo, 93 alunas e 105 meninos, sendo que cinco deles foram encaminhados para a seção masculina da

Escola de Preservação. As escolas de preservação e de reforma atendiam a ambos os sexos: a primeira para menores abandonados e a segunda para delinquentes capturados pela polícia ou encaminhados por intermédio de Juízes. Dessa forma, o Estado do Paraná adequou-se aos novos modelos sociais de urbanidade e civilidade abrigando os menores nessas instituições e mantendo-os com trabalho e alimentação para que, mais tarde, se transformassem “[...] em trabalhadores assalariados” (MANFREDI, 2002, p. 80).

Com a criação, no país, do “Juizado de Menores”, em 1923, a infância passou a receber atendimento diferenciado em relação ao adulto, e, em 1927, com o Decreto nº 17.943, que instituiu o Código de Menores, mudou a forma de atendimento, que de punitiva passou à protetora. O primeiro artigo do Código de Menores explicitava que o menor, abandonado ou delinquente, que tivesse menos de 18 anos de idade, receberia assistência e proteção. “O Código de Menores de 1927, o primeiro da história do Brasil, veio a dar um novo tratamento jurídico aos indivíduos com menos de 18 anos” (CUNHA, 2005a, p. 43).

Quando se analisam os artigos dessa legislação, percebe-se a concepção de infância que permeou este contexto histórico, onde é possível perceber que as crianças eram consideradas ora como infratoras ora como carentes, que necessitavam de medidas de proteção e assistência. Os menores de 18 anos eram considerados abandonados quando não tinham residência certa, meios de subsistência, que tinham pais ou tutores incapazes de cumprir com seus deveres para com o filho, ou que praticassem atos contrários à moral e aos bons costumes. Também eram aqueles que se encontravam em situação de vadiagem, de mendicância ou libertinagem. Os

menores abandonados e delinquentes eram encaminhados, pelo Juiz, aos Abrigos, que eram compostos de duas divisões, uma masculina e outra feminina. Conforme o Decreto, os menores deveriam receber aulas de leitura, escrita, cálculo, lições de *cousas* e desenho, trabalhos manuais, ginástica e jogos desportivos no Abrigo.

No desenvolvimento do processo de industrialização e de urbanização, tal medida autorizava o governo a retirar das ruas delinquentes, pobres, órfãos e abandonados que colocavam em risco o projeto da sociedade burguesa, e, por meio de sua internação em instituições especializadas, procurava oferecer disciplina para garantir a moralidade e a docilidade do trabalhador, e com isso, a reprodução do modo capitalista. O ensino profissional tinha essa dupla intenção, enquanto instrumento preventivo propiciou o “[...] disciplinamento e a qualificação técnica das crianças e dos jovens cujo destino era evidentemente o trabalho manual, de modo a evitar que fossem seduzidos pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica” (CUNHA, 2005a, p. 24). Por outro lado, como instrumento correcional – o trabalho seria o remédio para combater os desvios dos menores que já tivessem sido vítimas das influências nefastas das ruas.

A ideologia da sociedade capitalista se concretizou nas propostas para criação de instituições voltadas à educação para o trabalho, no início da Primeira República, no Paraná, que tinham como propósito regenerar e civilizar crianças e jovens, e, assim, integrá-los a sociedade.

O governo paranaense atendia a esses menores por meio do Abrigo e do Patronato Agrícola que funcionou juntamente com a Escola Agrônômica, em Curitiba-PR. O Patronato manteve

seu funcionamento em caráter de internato oferecendo ensino primário e agrícola, alimentação, vestuário, cuidados médicos e educação moral. Esta instituição ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura, justificando a formação para o trabalho, por meio do ensino agrícola, para regenerar a infância e formar cidadãos úteis à sociedade. Assim, adotou-se o discurso de que a educação poderia cumprir o papel de disciplinamento dos menores abandonados e delinquentes, auxiliando na construção de uma sociedade solidária e humana.

Mesmo com a criação do Abrigo de Menores, o Patronato Agrícola continuou mantendo seus serviços de assistência aos menores abandonados, além da instrução primária e do ensino agrícola elementar, em regime de internato, para cerca de vinte menores no ano de 1925 (PARANÁ, 1926). Entretanto, no final da década de 1920, a instituição fechou suas portas e os internos foram transferidos para o abrigo de menores, em Curitiba. Com a criação da primeira “Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti”, em 1935, que começou a funcionar em 1937, na capital do Estado, os internos foram novamente transferidos e, nessa instituição, passaram a receber “[...] o ensino preciso e pratico que os habilitará a exercerem a profissão de trabalhadores rurais” (PARANÁ, 1935, p. 34).

O controle ideológico produzido pelo discurso do trabalho como meio para o homem alcançar a dignidade humana e a sua cidadania esteve presente no discurso dos grupos hegemônicos do país. No discurso governamental expressou-se a satisfação com a criação e com o atendimento do patronato e do abrigo, pois eles cumpriam o discurso ideológico de modernização do Estado.

Os alunos internos, além de receberem educação cívica e moral, também deveriam complementar sua formação com o aprendizado de ofícios, predominando os de emprego artesanal como sapateiro, marceneiro e carpinteiro. No Paraná, assim como pelo Brasil, foram poucas as instituições de ensino profissional que possuíam “[...] oficinas destinadas ao ensino de ofícios propriamente industriais, de emprego generalizado como mecânica, tornearia e eletricidade” (CUNHA, 2005a, p. 71). Para o governo, seria menos dispendioso que as instituições pudessem automanter-se com a produção do seu trabalho, como indica o Relatório, no qual se enfatizava que “[...] já produziram confecções de certo valor” (PARANÁ, 1927, p. 172).

Na tentativa de adequar a sociedade à nova ordem econômica, foram implementadas reformas políticas com o intuito de reestruturar o país. Em 1931, o Ministro da Educação, Francisco Campos, inspirado no fascismo italiano, propôs a reestruturação do ensino no país, reformulando o ensino superior, secundário e profissional. A Reforma foi o “[...] marco da arrancada centralizadora do governo provisório e síntese privilegiada das tendências predominantes no campo educacional” (XAVIER, 1990, p. 84), e efetivou-se por meio de decretos que dispunham sobre a organização do ensino superior, secundário e profissional.

Na legislação, a preocupação centrou-se no ensino secundário e superior, pois o primeiro era considerado uma etapa de preparação para a matrícula nos cursos superiores. O ensino secundário caracterizou-se, também, pela sua função meramente preparatória e propedêutica, que valorizava provas e exames. A reforma empregada no ensino secundário e na formação técnica estava

subordinada ao avanço das relações de produção vigentes na sociedade. Estava “[...] admitido o extremo atraso do país no campo econômico e conseqüentemente na área tecnológica ou dos meios de produção” (XAVIER, 1990, p. 101).

A instrução pública tornou-se centro de interesse do governo, pois se acreditava que por meio dela fosse possível promover a reconstrução da sociedade e difundir os ideais republicanos. O discurso liberal de escola como promotora de progresso individual favoreceu a ampliação do sistema educacional, para atender à população analfabeta. Entretanto, as políticas educacionais empreendidas não passaram de tentativas frustradas para sanar o mal do analfabetismo brasileiro.

No Paraná, o interventor Manoel Ribas esteve à frente do governo e promoveu diversas medidas para expandir o ensino primário, como construção e reformas dos grupos escolares. A ampliação das instituições escolares foi peça essencial na Campanha de Nacionalização, principalmente na integração dos estrangeiros aos valores nacionais.

Durante seu governo, foram criadas dez Escolas de Trabalhadores Rurais, as quais habilitavam os alunos ao trabalho agrícola. No discurso governamental, a criação das Escolas Rurais e Escola de Pescadores constituíram-se como instrumentos eficientes para a preparação dos homens, tornando-os aptos para a vida em sociedade. Em virtude disso, Manoel Ribas determinou a construção de duas escolas de trabalhadores rurais, uma em Ponta Grossa e a outra em Castro, para abrigar 60 alunos em regime de internato e 60 alunos em regime de externato. Mais tarde, em 1941, fundou a Escola de Trabalhadores Rurais no município de Palmeira, todas elas localizadas na

região dos Campos Gerais, PR. A construção dos prédios se deu em um local afastado do centro urbano, a fim de dificultar possíveis fugas, apesar dos municípios estarem próximos à capital do Estado.

A propagação do ensino agrícola, além do caráter assistencialista, também pretendia manter o homem no campo. Com a crescente industrialização no país, conseqüentemente, ocorreu a expulsão do homem do meio rural para as cidades, que se modernizavam e expandiam-se. A criação de escolas voltadas para o ensino agrícola formaria mão de obra preparada para exercer as atividades agrícolas e auxiliaria a fixação do homem no campo.

A preocupação do Governo Estadual em oferecer o ensino agrícola aos menores desvalidos pode ser compreendida por meio da noção de que a solução para os problemas do Estado viria do progresso da agricultura nacional. Expresso nos Relatórios dos governantes estaduais, o Paraná era considerado “celeiro do Brasil”, onde “[...] a fertilidade de suas terras atrai diariamente a acção dos capitalistas e a corrente de imigração [...], por isso a preocupação constante com “[...] essa nova e extraordinaria fonte de receita publica [...]” (PARANÁ, 1924, p. 48).

No Paraná, assim como em todo o país, a preocupação era o atendimento aos menores, principalmente devido ao crescimento da população nos centros urbanos, onde se buscavam melhores condições de vida e de trabalho. Com o crescimento dos centros urbanos, houve um aumento considerável de mão de obra ociosa: desocupados, mendigos, menores abandonados e delinquentes perambulavam pelas ruas da cidade.

Ao solucionar a formação de mão de obra, por meio da educação profissional,

o Governo também resolveria, parcialmente, a questão do aumento da pobreza nas cidades com a criação das instituições de assistência e de disciplinamento dos menores.

Nas iniciativas empregadas pelo governo, tanto federal quanto estadual, manteve-se presente um dualismo educacional, que se refletiu em uma educação para o povo – a educação para o trabalho e uma educação para a elite, voltada para a formação cultural. “A escola primária e as escolas profissionais eram instituições do primeiro grupo e a escola secundária e as escolas superiores, instituições de segundo grupo” (CUNHA, 2005a, p. 172).

Com a preocupação voltada para a urbanização do Estado e para seu crescimento econômico, foram criadas as escolas de trabalhadores rurais e, em 1935, teve início a construção do prédio que abrigou a primeira “Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti”, em Curitiba, PR. As escolas rurais foram instituídas em 1935 e regulamentadas pelo Decreto nº 7.782, de 03 de dezembro de 1938. Em 1937, foi criada a “Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Macedo”, no município de Castro, a primeira da região dos Campos Gerais do Paraná.

A demanda por escolas, no Paraná, intensificou-se, principalmente, nas décadas de 1940 e 1950, à medida que se consolidou o processo de ocupação e colonização do território paranaense. Entretanto, o governo paranaense atendeu às necessidades educacionais da maioria da população urbana quanto ao ensino primário, mas nas áreas rurais, devido à colonização tardia, criou-se uma demanda maior pelo ensino primário público, fazendo com que, nas décadas seguintes, as reivindicações se voltassem para os níveis profissionalizantes do ensino.

Considerações finais

A substituição gradual da mão de obra escrava pelo trabalhador livre demandou novas formas de organização do ensino agrícola, que atendessem aos filhos de ex-escravos, os ingênuos, para os quais o trabalho manual seria capaz de diminuir a ociosidade presente nos centros urbanos. Entretanto, o ensino agrícola mostrou-se um ensino precário pela falta de recursos materiais, financeiros e pedagógicos, além de não haver profissionais habilitados para ministrá-lo.

A gênese do ensino agrícola, no país, tem suas raízes alicerçadas no assistencialismo, como forma de corrigir as mazelas da sociedade e de “afastar” o menor da criminalidade e da ociosidade. Foi somente a partir da década de 1930, com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização das grandes cidades, que as preocupações do Governo se voltaram para a formação do homem do campo, para o aprendizado e o cultivo do solo e para a utilização das máquinas agrícolas.

No Paraná, o Interventor Manoel Ribas, durante o período em que esteve à frente do governo, promoveu diversas medidas para expandir o ensino primário, o ensino normal e superior, bem como o ensino profissional. A ampliação das instituições escolares foi peça essencial na Campanha de Nacionalização, principalmente na integração dos estrangeiros aos valores nacionais. Durante seu governo foram criadas as Escolas de Trabalhadores Rurais que se constituíram instrumentos para a preparação da mão de obra para o setor agrícola.

Nessa oportunidade, a propaganda disseminada pelo Governo paranaense dirigiu-se à agricultura, como forma de incrementar o desenvolvimento

econômico do Estado e transformá-lo no “Celeiro do Brasil”. Nessa dinâmica, com o incremento da industrialização e com o incentivo à agricultura, houve um grande impulso nas relações entre esses setores, que estreitaram suas relações, o que pode ser explicado por dois aspectos: a industrialização dos produtos e a utilização de insumos e de máquinas no setor agrícola (PADIS, 2006).

Para o processo de modernização da agricultura foi necessário formar profissionais com o domínio de conhecimentos básicos sobre a agricultura e do manejo de máquinas e insumos agrícolas. No entendimento que resulta desta pesquisa, as instituições agrícolas, criadas na região dos Campos Gerais, tinham um caráter mais regenerador do que propriamente profissionalizante, conforme apontam as evidências sinalizadas nos Relatórios do Governo, onde são apresentadas as razões por que essas escolas foram criadas e o motivo pelo qual os alunos ingressavam em outros ofícios. O caráter profissionalizante foi se alterando, conforme o avanço nas relações capitalistas, que forjaram um novo trabalhador apto a atender os interesses do capital.

O desenvolvimento do ensino agrícola no país subordinou-se aos ordenamentos do Ministério da Agricultura, inclusive com a indicação de Engenheiros Agrônomos para a direção das instituições escolares. No seu interior, a rígida disciplina esteve presente na legitimação da ordem e na formação moral dos internos, porém, os entusiasmados discursos da elite dirigente não garantiram a formação necessária para atuar no setor agrícola. As escolas de trabalhadores rurais, no Paraná, tinham uma estrutura precária, com carência de instalações e de máquinas agrícolas para o aprendizado

das técnicas rurais. A intenção do Governo paranaense, ao criar essas escolas, respaldava-se no discurso da agricultura como elemento salvador da economia regional, tornando o Paraná o “Celeiro do Brasil”; mais do que isso, porém, objetivou formar trabalhadores com conhecimentos básicos sobre agricultura, que soubessem manejar o solo e as máquinas agrícolas, e fossem ajustados aos moldes da sociedade capitalista.

Referências

BALHANA, A. P. et al. **História do Paraná**. Paraná: Grafipar, 1969.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. História, Epistemologia Marxista e Pesquisa Educacional Brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília/DF: FLACSO Brasil, 2005a.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília/DF: FLACSO Brasil, 2005b.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In:_____. (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PARANÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Exmo Sr. Afonso Alves de Camargo**, Presidente do Estado, 1/02/1920. Curitiba: [s.n.], 1920.

_____. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha**, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª.

Sessão da 15ª. Legislatura 1/02/1921. Curitiba: [s.n.], 1921.

_____. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha**, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª. Sessão da 16ª. Legislatura 1/02/1922. Curitiba: [s.n.], 1922.

_____. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha**, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 17ª. Legislatura 1/02/1924. Curitiba: [s.n.], 1924.

_____. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha**, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 18ª. Legislatura 1/02/1926. Curitiba: [s.n.], 1926.

_____. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Sr. Caetano Munhoz da Rocha**, Presidente do Estado, 1925.

_____. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Sr. Caetano Munhoz da Rocha**, Presidente do Estado, 1927.

_____. **Relatório apresentado ao Interventor Manoel Ribas**, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas, 1935.

_____. Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais no Estado. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, 6 jan. 1939.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In: SZMRECSÁNY, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2. ed. Revista. São Paulo: Hucitec, USP, 2002.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

WACHOWICZ, L. **A relação professor/Estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Gráfica, 2001.

Recebido em 2020-10-04
Publicado em 2021-05-01